



Anais da Assembléia

No. 144

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE OUTUBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 13a.
LEGISLATURA
ATA DA 90a. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1996
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e João Techy.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Techy Filho, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielese, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, João Preis, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Neivo Beraldin, Edgar Bueno, Algaci Túlio, Caio Quintana, Élio Rusch, Irandi Pugliesi, Militinho Puppio, Nelson Tureck, Péricles de Mello, Renato Adur e Ricardo Chab (11). Achando-se em licença os Senhores Deputados Anibal Khury e Carlos Simões (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO No. 1078

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Nelson

e Eva Kotovel, que completou 25 anos de união conjugal, comemorando "Bodas de Prata".

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares.

Sala das Sessões, em 10.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1079

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Antonieta e Emílio Mazeto que completou 65 anos de união conjugal, comemorando "Bodas de Diamante".

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares.

Sala das Sessões, em 10.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1080

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Irene e João Cubis que completou 25 anos de união conjugal, comemorando "Bodas de Prata".

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares.

Sala das Sessões, em 10.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1081

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal **Vicentina Pereira e Sebastião Cândido de Oliveira Filho**, que completou 50 anos de união conjugal, comemorando "Bodas de Ouro".

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares.

Sala das Sessões, em 10.10.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1084

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações à Justiça Eleitoral da Comarca de Foz do Iguaçu, na pessoa do Doutor Paulo Roberto Vasconcelos, responsável pela coordenação dos trabalhos relativos ao pleito de 03 de outubro de 1996.

Sala das Sessões, em 10.10.96

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Justiça Eleitoral de Foz do Iguaçu, coordenada pelo Doutor Paulo Roberto Vasconcelos, com o auxílio de juízes, cartorários, funcionários, enfim, de todo corpo de servidores do Fórum daquela Comarca, deixando registrado mais uma vez um brilhante trabalho, demonstrando esforço, dedicação e rapidez nas decisões de sua alçada, enaltecendo a justiça paranaense, por isso merecedora de congratulações.

REQUERIMENTO No. 1082

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Geral do DER, Luiz Alberto Küster, solicitando a realização de uma operação "tapa-buracos" na estrada que liga Reserva a Cândido de Abreu e Reserva a Ponta Grossa.

A grande quantidade de buracos existentes nos trechos acima citados, além de dificultar a dirigibilidade, causa acidentes de grande monta, inclusive alguns vitimando pessoas.

Solicita-se uma medida urgente para que haja a recuperação dos trechos acometidos pelos buracos, para que os mesmos não aumentem de tamanho vindo a causar problemas ainda maiores.

Sala das Sessões, em 10.10.96

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI No. 445/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Parágrafo Único do artigo 2º da Lei no. 11.027, de 27.12.94, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos Municípios de Curitiba, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, assim como por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembrados.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.96

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do Município de Agudos do Sul, na lista dos municípios que constituem o território da Região Metropolitana de Curitiba, se faz necessário já que geográfica, histórica e economicamente encontra-se este município ligado à grande Curitiba.

Assim sendo, através de nossa medida, esperamos poder sanar este erro de omissão cometido pelo legislador da lei que instituiu a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, quando não incluiu tão próspero município na listagem de municípios pertencentes à Região Metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Ilustre Deputado Orlando Pessuti.

Antes, anunciamos em nosso meio a presença do Prefeito eleito, Breta, da cidade vizinha de Castro, com alguns de seus companheiros, que nos honram com suas presenças nesta sessão da manhã de hoje.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, na sessão de anteontem, comentávamos aqui na Assembléia, juntamente com outros Parlamentares, a respeito da medida adotada pelo nosso Governador em exercício, Deputado Aníbal Khury, com referência ao trânsito de animais, vegetais e produtos de origem animal e vegetal oriundos dos Estados de Santa

Catarina e Rio Grande do Sul, pelo Estado do Paraná. Dizíamos que aquela medida, embora pudesse até parecer uma retaliação, até uma medida pesada em relação aos nossos vizinhos, companheiros catarinenses, mas que ela tinha o seu valor e tinha a sua importância na medida em que estávamos sendo tratados da mesma forma pelos nossos irmãos vizinhos catarinenses, que baixaram também lá um Decreto proibindo o ingresso no Estado de Santa Catarina de animais suscetíveis de febre aftosa.

Nós sabemos de todo o trabalho que faz o Paraná através da Secretaria da Agricultura, com apoio do Ministério da Agricultura, que faz a EMATER, que fazem as empresas vinculadas ao Sistema Estadual de Agricultura, no sentido de que tenhamos aqui o melhor em termos de produção agrícola e produção pecuária, e que tenhamos, realmente, condições ideais em termos de sanidade animal e sanidade vegetal.

Mas, lamentavelmente, eu pessoalmente até entendo que, por uma questão não só sanitária, mas também por uma questão econômica, Santa Catarina entendeu que havia de proibir o ingresso de animais paranaenses em seu território.

O Deputado Anibal Khury, então Governador, devidamente orientado e reivindicado pelo Secretário Hermas Brandão, adotou esta medida, que é uma medida realmente complicadora, mas - eu disse isso aqui, o Deputado Caio e outros Deputados também disseram - era necessário que se adotasse aquela postura naquele momento, embora possa isso até causar maiores prejuízos - como afirma o Senador Osmar Dias - à suinocultura do Brasil como um todo, mas se fazia necessário um posicionamento, uma tomada de posição pelas autoridades constituídas do nosso Estado e já os resultados práticos estão aparecendo.

No dia de ontem, o Secretário Hermas Brandão, da Agricultura, já foi chamado a Brasília e hoje pela manhã terá o Secretário Hermas Brandão uma audiência com o Ministro da Agricultura e estará acompanhado do Secretário da Agricultura de Santa Catarina, Dejandir Dal Pasquale, e do Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, que não me ocorre agora o nome daquela importante liderança política do Rio Grande do Sul.

Mas, se a medida foi política, como muitas pessoas disseram, se não foi embasada em dados técnicos - com o que também concordo - foi uma medida necessária para salvuardarmos interesses do nosso Estado. Seja os interesses da produção suinícola, bovina, ovina, seja para salvuardarmos a produção vegetal do nosso Estado.

Os resultados estão aparecendo, e tenho certeza, eu disse isso aqui, outro dia, que este já foi o primeiro sinal dos prejuízos que tivemos,

embora oposições, muitas vezes conflitantes com companheiros nossos, mas eu disse que este foi o primeiro prejuízo que tivemos com a saída do José Eduardo, do Ministério da Agricultura. Até porque, tenho certeza que ele, como paranaense, não permitiria que o Ministério baixasse, como baixou, a Portaria 107, e que mesmo depois modificada esta Portaria, viesse Santa Catarina adotar uma medida que viesse a prejudicar o Estado do Paraná.

Concedo um aparte, primeiramente ao Deputado Reny Borsatto e logo em seguida ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Reny Borsatto - Ontem, o Presidente do Grupo Chapecó telefonou para o meu gabinete - ele tinha conversado com o Grupo da Sadia também - dizendo que eles estão se empenhando para que esse problema seja resolvido. Porque logicamente os maiores prejudicados são os frigoríficos, pois eles atravessam Santa Catarina, e o maior consumidor deles no mercado são São Paulo, Minas Gerais e outros Estados.

Eles estão bastante preocupados e estão fazendo uma pressão muito grande em cima do Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina. Inclusive, o Governo até pode demiti-lo do cargo - assim o Presidente do Grupo Chapecó falou para mim. Falou-me para que fizéssemos uma força na Assembléia para poder resolver este problema.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço a Vossa Excelência, Deputado Reny Borsatto, pelas considerações que faz. Tenho certeza que realmente os industriais de Santa Catarina estão muito preocupados, porque o Paraná é um dos grandes fornecedores de matéria-prima para o funcionamento dessas unidades industriais localizadas em território catarinense.

Embora, como já disse, possamos até concordar com essa preocupação de Santa Catarina, acho que ela é uma preocupação válida, mas veio como uma dose de exagero muito grande. Porque afinal de contas, todos nós sabemos, e particularmente nós, que temos uma formação na área da Medicina Veterinária, que se nós tivemos, há um ano e meio, dois anos atrás, esse foco de febre aftosa lá na região Noroeste do Paraná, e que já foi - pelos institutos e organismos ligados à saúde animal - diagnosticado como um vírus, que nunca tinha ocorrido em nosso Estado, era uma variação, era um tipo diferente - quer dizer, caracterizando que aquele animal veio de uma outra região, possivelmente do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, ou mesmo de São Paulo, de Goiás ou Minas Gerais, é possível - todos nós sabemos - você adotar esquemas de barreiras sanitárias, de forma a isolar apenas aquela região e não prejudicar outras regiões. Porque o Paraná tem levado com muito zelo, com muita garra.

Recentemente a Secretaria de Agricultura contratou, mesmo que temporariamente, setenta médicos veterinários para trabalhar na questão da saúde animal. Contratou - se não me engano - quarenta engenheiros agrônomos para trabalhar na questão da defesa sanitária vegetal. Então, o Paraná tem se cuidado neste aspecto.

Então, não seria justo fazer o que foi feito, fechando todas as portas para o Paraná, quando poderíamos fechar para apenas uma determinada região e liberar as outras regiões. Liberar as outras propriedades que têm assistência técnica e têm a vigilância permanente, para que não tivéssemos os prejuízos que estamos tendo.

O Sr. Lulz Claudio Romanelli - Deputado Pessuti, Senhores Deputados.

Acho que Vossa Excelência é, sem dúvida, o maior especialista que temos nesta Casa, profissional da área e que é profundo conhecedor da realidade econômica do Paraná.

Temos que reconhecer que a medida tomada pelo nosso companheiro, colega da Assembléia, Deputado Anibal Khury, porque são medidas como esta, nos detalhes que um Governador mostra a sua personalidade. De nada adianta um Governador ficar com discursos, ou ficar preocupado com as coisas que acontecem além-mar, lá em Portugal ou na França, se não cuida do produtor que aqui no Paraná, com muito esforço, com sua família cria suínos e que tem necessidade do mercado para vendê-los.

Ou seja, um Governador, para ser bom Governador, tem que cuidar dos detalhes. E obviamente a posição adotada pelo Estado de Santa Catarina é única e exclusivamente, não de preocupação com a qualidade de seu rebanho, mas sim com a questão econômica, ou seja o preço do suíno, no mercado, está muito baixo e a entrada do suíno paranaense diminui ainda mais o preço que é pago para o produtor catarinense.

Temos que ter muito claro o seguinte: que o Governador Anibal Khury, que é um homem extremamente sensível às questões que dizem respeito ao interesse do Paraná, tomou uma decisão extremamente acertada. Eu escutava, agora pela manhã, nos noticiários das rádios, já agora a nível nacional, colocando a questão, que o Ministro agora chamou os três Secretários do Sul, para poder resolver esta questão. E acho que, se não fosse a decisão firme tomada pelo Governador Anibal Khury, nada disso estaria acontecendo. Então, um Governador, muito mais do que viajar para o exterior, ou ficar com conversa fantasiosa, ele tem que cuidar do dia-a-dia do seu Estado.

Por isso, está de parabéns o Deputado Anibal Khury e Vossa Excelência por fazer este pronunciamento com tanta profundidade, pois o Paraná tem interesse em vender o seu rebanho suíno para Santa Catarina.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Muito obrigado, Deputado Romanelli.

Concedo o aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura - Ilustre Deputado Pessuti.

Ontem, pela manhã, em minha casa, eu estava pensando o que eu, como Deputado, poderia fazer para auxiliar neste problema sério e grave que atormenta nosso interior, sobretudo o Oeste e o Sudoeste do Paraná, que vivem uma crise cruel e nefasta em relação a este problema.

Já vem este problema da suinocultura há algum tempo causando prejuízo ao produtor e agora, evidentemente, quando havia a possibilidade da suinocultura poder respirar, vem esta Portaria do Ministério da Agricultura criar um novo empecilho para a suinocultura.

E eu estava pensando o que poderia fazer para ser útil a este segmento tão importante do nosso Estado. Por isso, Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência traz a esta Casa um assunto importante, e é preciso que os Deputados do Paraná tomem consciência que é um assunto muito grave. A situação que vivemos hoje, com relação à dificuldade que o Estado de Santa Catarina e o Ministério da Agricultura criaram ao nosso Estado, impedindo o trânsito de animais, sobretudo relacionado à suinocultura. Vemos os suinocultores do Sudoeste e do Oeste do Paraná com seus problemas financeiros aumentando, os suínos passando da hora de serem entregues, não conseguindo transporte e o problema chegando a uma situação incontrolável.

O Governo Federal demonstra que não tem uma política séria para a agricultura, não liberou o PRONAF, não liberou outros programas, e que insiste em anunciar na televisão, demonstrando uma insensatez muito grande em relação a agricultura do Brasil e do Paraná, esvaziando o campo!

Porque, normalmente, meu amigo Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência sabe muito bem que o suinocultor normalmente é o pequeno produtor. E é exatamente no ombro deste pequeno agricultor, deste cidadão ou cidadã que vive as duras penas da roça, é que a situação está mais angustiante. Por isso é preciso que esta Assembléia, esta Casa do povo, tenha aqui a ressonância do grito que vem da roça, para que nos mobilizemos, talvez com a ida de uma Comissão de Deputados para o Sudoeste, Oeste, para dar apoio, guarida, aos nossos agricultores, suinocultores que estão sofrendo muito, trazendo consequências graves ao comércio, à indústria, enfim, a todos os segmentos da nossa economia.

Dessa forma, além de achar muito oportuno o seu manifesto aqui, quero somar-me a ele e dizer que é preciso que todos nós, Deputados, Lideranças, pessoas que tenham um pouco de amor a esse Estado, ao segmento

produtivo do nosso Paraná, ergam as suas vozes na defesa da agricultura, da suinocultura, para que coloquemos um fim na medida do Arlindo Porto e do Secretário da Agricultura de Santa Catarina - que falei na televisão, em Pato Branco, que merecia inclusive cadeia, por este ato insensato que teve, no sentido de dificultar o trânsito dos nossos produtos animais, sobretudo a suinocultura.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI - Deputado Nereu, quero mais uma vez, reafirmar a Vossa Excelência, ao Deputado Romanelli que o antecedeu, e que talvez tecnicamente, do ponto de vista da medicina veterinária, da saúde animal, talvez essa não fosse a medida que se devesse adotar, se você for pensar estritamente do ponto de vista técnico. Mas sabemos e temos conhecimento de que nesse País, em qualquer lugar do mundo, a maioria das coisas se resolvem em cima de uma ação política. Não adianta você ter os melhores técnicos se não existir uma vontade política para fazer determinada coisa.

E o que fica aqui enfatizado, o que fica aqui evidenciado, é que a vontade política do Hermas Brandão, do Anibal Khury, a manifestação política desta Casa, é apoio a esta medida, e ela está começando a produzir os efeitos que precisamos que sejam produzidos, que é encontrarmos um mecanismo, as condições que tenham um respaldo técnico inclusive necessário, para que possamos permitir o trânsito do Paraná para Santa Catarina e de Santa Catarina para o Paraná e acabarmos de uma vez por todas com esse impasse. Se for necessário adotar alguma medida restritiva, que a façamos, respeitando as condições e as exigências técnicas, mas que façamos sem um espírito voltado a prejudicar este ou aquele, como está caracterizado na medida de Santa Catarina, que ao adotar uma postura globalizada contra o Paraná, vem prejudicar regiões onde a suinocultura, a bovinocultura, a ovinocultura têm todo o zelo e todo o cuidado, e que nenhum risco de febre aftosa existe.

Podemos citar, lá no município do Deputado Cezar Silvestri, o trabalho que faz a Cooperativa Agrária, quer dizer, sabemos que é um trabalho superior a qualquer outro que se faz em Santa Catarina em termos de saúde animal, de controle sanitário, de instalações e tudo o mais. Então, você não pode punir aquilo que se faz com qualidade, aquilo que se faz com seriedade, sobre o argumento de que: "ah, houve um caso há um ano e meio atrás em tal lugar..." Vamos com um pouco mais de cautela e acima de tudo, com respeito ao seu irmão, ao seu vizinho, ao seu parceiro de tantas e tantas ocasiões.

Já disse aqui que entendo que a medida de Santa Catarina foi precipitada, porque outrora o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e agora Mato Grosso do Sul, constituíram

mecanismos de trabalho em parceria, como o Conselho de Desenvolvimento do Sul, o CONESUL; constituíram um Banco de Desenvolvimento Regional, o BRDE e nós, os Parlamentares, constituímos um Conselho Parlamentar do Sul, que hoje tem como Presidente o Deputado Luiz Carlos Zuk, justamente para tratarmos conjuntamente os assuntos que interessam a todos. E isso realmente não foi observado pelos nossos irmãos, amigos, companheiros e parceiros catarinenses ao adotar essa medida.

Concedo aparte ao Deputado Agostinho Zucchi.

O Sr. Agostinho Zucchi - Deputado Pessuti, Vossa Excelência conhece com profundidade essa questão. E não é eminentemente técnica, eu era chefe do núcleo da Secretaria da Agricultura de Pato Branco, e quando da verificação de foco de febre aftosa naquela região, há algum tempo atrás, lembro que houve uma determinação rigorosa para que houvesse evidentemente o controle, mas também naquela oportunidade, um pouquinho antes ainda, na divisa do nosso Estado com Santa Catarina, e precisamente no Estado de Santa Catarina, verificávamos nós alguns focos de febre aftosa, e jamais o Estado do Paraná tomou uma medida desta natureza como tomou Santa Catarina.

O Estado do Paraná, pelo contrário, foi solidário e como os nossos técnicos, ajudamos a resolver o problema, a controlar a situação, enfim, a fazer o levantamento do que exatamente estava acontecendo.

Agora, me parece que essa questão, Deputado Orlando Pessuti, que além, evidentemente, de uma questão meramente técnica, porque não se pode justificar uma medida como essa do Ministro que foi revogada já, mas agora de Santa Catarina, não se pode justificar sob o ponto de vista técnico, acho que é uma medida com cunho claro, com endereço certo e pela situação que se encontra principalmente a questão da suinocultura no Brasil. Afora a questão técnica, há evidentemente uma questão política que está se discutindo neste momento. Acho que aí, há poucos dias atrás, as Lideranças das Cooperativas, da FAEP, da FETAEP, da Associação Paranaense de Suinocultores, enfim, de todos os setores da agropecuária, reuniram-se com o Governador Jaime Lerner, solicitando o apoio para a revogação dessas medidas, o apoio no sentido de que mais uma vez a Secretaria da Agricultura tivesse o que fosse necessário para o combate da febre aftosa e a sua estruturação técnica e científica, para que pudéssemos nós ter a tranquilidade com relação a essa questão.

Acho que o Deputado Anibal Khury, Governador em exercício, tomou uma atitude extremamente correta, tão correta que agora o Ministro da Agricultura quer reunir os Estados do

Sul para discutir a questão, e que já deveria ter sido feito, porque é uma questão localizada, que têm interesses próprios e o Ministério da Agricultura já deveria ter tomado a sua posição, quando da primeira verificação por parte do Ministério que isso estava errado. O Ministério tanto viu que essa medida estava errada, que revogou. E tomou essa medida por influência, obviamente, dos Estados que gostariam que essa fosse editada.

Então agora, acho que a nossa função - de Vossa Excelência, como Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário e nós, como Presidente da Comissão da Agricultura, enfim, todos os Parlamentares que têm ligação com a questão agropecuária, enfim como a Assembléia Legislativa, porque representamos aqui a aspiração da população - nós temos que obviamente, em primeiro lugar, dar apoio a medida editada pelo Governador Anibal Khury. Essa medida é fundamental, porque traz à tona então, uma discussão sobre nossa interação comercial entre o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desta forma, acho que podemos discutir com profundidade a forma da nossa interação comercial de vizinhos, de parceiros que somos. E por outro lado, com maior profundidade a questão técnica que Vossa Excelência conhece, para que esta sim, a qualidade dos nossos produtos, jamais foi colocada em dúvida, e não é apenas por essa questão momentânea que os nossos produtos são colocados no risco de baixa qualidade. Acho que a nossa função - e Vossa Excelência tem o mérito de trazer essa questão hoje a esta Casa - é dar apoio a medida corajosa tomada pelo Governador em exercício Anibal Khury, e prestarmos apoio e solidariedade aos organismos que estão travando essa luta em defesa dos suinocultores, principalmente dos avicultores, dos nossos paranaenses que trabalham principalmente com a bovinocultura.

Obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI - Deputado Nereu Moura, Deputado Augustinho Zucchi.

Temos que estar atentos justamente a essas medidas. Vossa Excelência se lembra no início deste Governo do Jaime Lerner, como o Hermas Brandão na Agricultura, e do José Eduardo no Ministério da Agricultura, tivemos um outro assunto que afetava a pecuária paranaense, que era a denúncia de que existia a doença de "New Kastler" nos frangos do Estado do Paraná, mais especificamente na região Norte. Depois, veio - agora, recentemente - a denúncia de que os ovos das galinhas botadeiras do Paraná estavam com alto índice de salmonela. E agora, vem o problema da febre aftosa nos suínos, nos bovinos e nos ovinos. Já tivemos há anos - é necessário que tragamos ao conhecimento desta Casa, do empenho que sempre o Deputado Basílio Zanusso na questão da modificação dos critérios - da

irradiação dos pomares, questões de campo citríco. Lembro-me que, quando cheguei aqui pela primeira vez, em fevereiro de 1983, há treze anos atrás, aqui encontrei o Deputado Basílio Zanusso brigando com isso e, naquela oportunidade, junto com o Deputado Paulo Furiatti, Deputado Sabino Campos, instituímos aqui um grupo, e percorremos diversas cidades do interior do Paraná e fomos a Brasília diversas vezes, porque naquela oportunidade era o "lobby" paulista que impedia o Paraná de reativar os seus pomares, os seus laranjais e de termos aqui uma citricultura desenvolvida.

Temos que estar atentos a isto. Repito, a medida do Governador Anibal Khury tem todo o embasamento técnico que a justifique? Talvez não tenha. Mas ela tem todos os argumentos políticos necessários para que possamos levantar a nossa voz, como fez ontem o nosso Presidente, Deputado Luiz Carlos Zuk. Estivemos em seu gabinete junto com a assessoria do Conselho Parlamentar do Sul na pessoa do Professor Nildo José, e estávamos lá compactuando com o Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, o Pedrinho Bittencourt, tentando ajustar uma reunião do Conselho Parlamentar do Sul, para que nós do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Rio Grande do Sul pudéssemos agir politicamente para resolver essas pendências que muitas vezes prejudicam o Paraná. Está aí o caso da Reforma Tributária, desoneração do ICMS na exportação. O Paraná, sabemos, vai ser prejudicado. Vai ter a compensação? Vai. Mas é a mesma história dos "royalties" na energia. Está aí o Deputado Sâmis que sabe quais foram todos os prejuízos da região Oeste do Paraná, e que os "royalties" não cobrem os prejuízos; que a energia que produzimos vai embora e não nos deixam um centavo de ICMS. E assim vai ser com a exportação de produtos primários.

Concedo um aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Na verdade, Deputado Pessuti, a medida que o Secretário de Agricultura tomou, não tem nada a ver com sanitária animal. Na minha opinião - e sei que é de conhecimento hoje de todos os Parlamentares - que é uma jogada única e exclusivamente comercial. Há um excesso de oferta em Santa Catarina, onde o Secretário, com essa medida, queria garantir ao produtor catarinense a tranquilidade do abate e o preço, em prejuízo do produtor paranaense.

Então, na verdade, a medida que o Governador Anibal Khury tomou, além de uma medida política, é de preservação do nosso produtor também. Vossa Excelência citava a questão da cooperativa agrária, onde todas as informações que nos passam, a cooperativa agrária, todos os cooperados, são aqueles que têm a maior tecnologia, principalmente em suínos,

hoje no Brasil, muito maior que os produtores catarinenses. Toda a tecnologia e a sanidade. Mas eles têm um convênio onde se integram no sistema de integração para a Perdigão em Santa Catarina. Com essa medida, eles estavam sem ter para onde levar o seu produto. Inclusive, entregando para abatedores de São Paulo, com prejuízo de 20% a 30%.

Acho que o Paraná não devia se calar. Devemos parabenizar o Secretário Hermas Brandão, como também o Governador Anibal Khury, porque ele está defendendo o produtor paranaense. Como poderia continuar impune o Secretário de Agricultura de Santa Catarina? E todos nós devemos nos somar e parabenizar o Governador em exercício, Anibal Khury.

Agora, o que nos preocupa, é entrarmos, na verdade, com todos os Estados da Federação, numa guerra fiscal, e se de repente começamos agora uma guerra, em termos de sanidade animal e vegetal, o que vai acontecer ao País? É verdade que tem que ter uma medida muito firme por parte do Governo Federal. Não pode mais o Governo Federal ficar calado com atitudes desta natureza. Esperávamos também uma atitude mais energética por parte do Ministro da Agricultura e do próprio Presidente da República. Acho que não há fundamento. As coisas não podem acontecer à revelia, como está acontecendo. Se continuar esta medida por mais 20 ou 30 dias, vai quebrar a suinocultura paranaense, que já está em dificuldade.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço ao Deputado Cezar Silvestri.

Encerro meu pronunciamento, mais uma vez enaltecendo a postura, a ação política do Governador Anibal Khury, o Secretário Hermas Brandão na defesa dos interesses do nosso Estado. Aproveitando - já que estamos falando em agropecuária e Secretaria da Saúde - lembrar que os nossos colegas Nelson Justus e Hermas Brandão nos convidam para a Feira Agropecuária Industrial do Paraná, que acontecerá a partir de amanhã, sexta-feira, mas cuja abertura oficial acontecerá no sábado às 11:00 horas da manhã no Parque Castello Branco. É a Feira Agropecuária do Estado do Paraná, que é organizada pela Secretaria da Agricultura e pela Secretaria da Indústria e Comércio e que, por circunstância da vida política, pela vontade do Governador Jaime Lerner, hoje tem à frente dessas duas Secretarias, dois colegas nossos, amigos e companheiros Hermas Brandão e Nelson Justus.

Então, acho importante que todos possamos prestigiar este evento, que sem sombra de dúvida, ao lado da EXPOINTER lá de Esteio, Rio Grande do Sul, talvez a de Uberaba, Londrina, seja uma das maiores exposições que acontece neste País. Vale a pena prestigiarmos aquilo que é

nosso, e que é feito por companheiros nossos, o Hermas Brandão e o Nelson Justus.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Grande Expediente.

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao ilustre Deputado Duílio Genari.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para registrar a presença do nosso candidato vitorioso, vice-Prefeito de Toledo, atual Presidente da Câmara Leo Inácio Lanchal, e que é do Partido dos meus amigos do PSDB, e ainda do Vereador Juvino, reeleito, também do PSDB, onde tivemos uma coligação: PTB, PSDB.

Quero só registrar a presença das duas autoridades de Toledo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotada e associada com a Mesa Executiva, a presença dos ilustres visitantes.

Horário das Lideranças.

(Todas declinam).

Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. Apolado. À Diretoria Legislativa. Inclusive, com voto do Deputado Sâmils da Silva.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 217/96, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos do Deficiente Visual - APADEVI, com sede e foro no Município de Ponta Grossa e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. no. 70, de 27.05.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI No. 217/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos do Deficiente Visual - APADEVI, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, e dá outras providências.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda de acordo com a Lei no. 6.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 02

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 294/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Adélia Rossi Arnaldi, Ensino de Primeiro Grau, com sede e foro no Município de Paranavaí. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. no. 101, de 01.07.96)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI No. 294/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Adélia Rossi Arnaldi, ensino de 1o. Grau, com sede e foro em Paranavaí.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, e de acordo com a Lei no. 6.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontrou-se que pudesse impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Sendo assim, somo de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 03

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 379/96, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública Estadual a ASPIC - Associação Social da Paróquia Imaculada Conceição, em Ponta Grossa, Estado do Paraná, com sede e foro neste município. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. no. 124, de 19.08.96)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI No. 379/96

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães visa declarar de Utilidade Pública a Associação Social da Paróquia Imaculada Conceição, em Ponta Grossa.

Da análise do referido projeto, constatamos estar de acordo com a lei 6.994/78,

que dita normas para declaração de Utilidade Pública.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.10.96.

JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 04

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 385/96, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Artesões de Medianeira, com sede e foro no Município de Medianeira. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. no. 125, de 20.08.96)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI No. 385/96

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Irineu Colombo visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Artesões de Medianeira.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimentos nos. 1058, 1060, 1061 e 1076, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nos. 1059 e 1077, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

Requerimentos nos. 1078 a 1081, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento no. 1082, e autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento no. 1084, de autoria do Senhor Deputado Sâmils da Silva, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Esta Presidência lembra que, na próxima segunda-feira, teremos a abertura da exposição, para a qual os Senhores Deputados estão convidados para o café da manhã com o Senhor Secretário Hermas Brandão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

2a. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nos. 217, 294, 379 e 385/96.

Levanta-se a sessão.

ORDEM DO DIA: